ATA REUNIÃO CMPC – 08/08/2016

Aos oito dias do mês de agosto de dois mil de dezesseis foi realizada na sede da Secretaria da Cultura de Sorocaba a reunião do Conselho Municipal de Política Cultural. Presidida por Jaqueline Gomes da Silva, secretária de cultura, a reunião teve como participantes André Mascarenhas, Glaucilene Rodrigues da Mota, Cláudia Tavares Ribeiro, Daniella Moreira e Osmir Antônio da Silva da Secretaria da Cultura, Jéssica Pedrosa da Secretaria da Educação e Rogério Cancian Pereira, da SEDET, e da sociedade civil os representantes: Carlos Doles, Geraldo Aparecido Ricci, Jorge Antunes Ribeiro, Luciana Gonçalves Valsechi, Magda dos Santos Barbosa, Maurício Matos Caetano, Marta Lima Dias da Silva, Maria Cristina dos Santos, Mônica Minelli, Rodrigo Otávio Bertoncini Mendes, Thiago Consiglio, além dos participantes não-conselheiros Ari, Flávio Mello, Luciano, Valter, Natalin, José Guilherme e Mya. Iniciada às 15h30, e com o devido *quorum* de conselheiros, Jaqueline agradece pela presença de todos e frisa na importância em se honrar o papel do conselho de cultura, fala da questão da crise financeira e sobre a questão da FUNDEC, cujo subsídio recebido da Prefeitura será substancialmente diminuído e depois esclarece que, como não haverá verba para a Lei de Incentivo à Cultura, conforme decreto publicado na última sexta-feira (05/08/2026) no Diário Ofi cial do Município, tendo como única alternativa a utilização da verba do Fundo Municipal de Cultura, para tanto, já esclareceu que, caso a decisão do CMPC seja positiva, a lei do Fundo será tramitada junto ao jurídico da prefeitura, para as devidas alterações. Jaqueline lembra que a verba atual de R$ 1,1 (milhão) advinda do Fundo vem principalmente da bilheteria do Teatro Municipal e diz que sua decisão será conforme a decisão do conselho e abre para opiniões. Flávio diz que não ter a Linc será um grande retrocesso para a produção cultural do município, e propõe que seja utilizada toda a atual verba do Fundo para contemplar projetos da Linc. Jaqueline diz que teria de ser visto a possibilidade, considerando que o edital de projetos culturais da Linc é publicado com um valor já determinado e frisa a importância em ser aprovado pela câmara. Geraldo Ricci frisa que a FUNDEC será penalizada com essas alterações financeiras, e que o atual valor de repasse proposto à FUNDEC é o mesmo valor que era em 2009, Geraldo reitera que deve ser repensada a questão da destinação do Fundo Municipal de Cultura propondo que parte do valor seja repassado à FUNDEC e que essa questão deve ser também discutida pelo CMPC. Maurício diz que é interessante o fato de a Linc ser financiada pelo Fundo Municipal de Cultura, mas diz que ao se fazer essa alteração, abre-se um precedente para que a Linc seja sempre financiada pelo Fundo e, que se no caso de não se arrecadar fundos suficientes para o próximo ano, torna-se culpa do CMPC a não realização de uma nova edição da Linc. Pêu concorda com a colocação e questiona se a Linc seria a melhor opção de gasto do Fundo e diz que a verba do Fundo não pode ser esgotada nesse ano, uma verba obtida em dois anos e meio, sem se pensar no uso do Fundo Municipal de Cultura, principalmente nos próximos anos e com a execução do Plano Municipal de Cultura. Thiago reitera que a viabilização de verba do Fundo deve ser pensada com calma e estrategicamente, frisando que devemos pensar não apenas em usar o Fundo Municipal de Cultura, somente para resolver um problema da Linc agora, mas também como usá-lo

nos próximos anos. Carlos propõe que se for usada a verba do Fundo, que seja menos do que o proposto em edital, e que utilizar o Fundo é muito delicado e que sua verba futuramente poderá ser usada para outros fins. Jaqueline esclarece que a verba do Fundo só pode ser usada para fomento cultural, diz que a decisão em conjunto é muito importante. Magda diz que sua opinião é que não devemos ceder com relação a essa proposta, pois se não tivéssemos o Fundo, de onde viria essa verba? Pêu frisa que o que devemos pensar é em como aumentar a verba do fundo e não gastá-la, Geraldo também frisa que devemos pensar em formas de que o Fundo seja autossustentável. Thiago diz que devemos reforçar num pensamento estratégico, inclusive, pensando nos próximos anos, considerando que este é um momento de crise e que devemos pensar a longo prazo. Mya diz que como artista participa como proponente da reunião e que esse ponto de vista, dos artistas, também deve ser revisto. Pêu diz que além de Conselheiro também é proponente da Linc 2016 e que deve ser pensado de forma estratégica e a longo prazo. Maurício diz que devemos pensar, ainda que de forma impopular com relação aos artistas da cidade, sejamos coerentes com a situação de crise e não consideramos apenas esse momento e esgotarmos o fundo de uma única vez. Geraldo coloca que os conselheiros não devem se preocupar com o ônus desse problema, pois a crise não é advinda do conselho em si, mas que não devemos ceder em usar o dinheiro do fundo. Carlos, acha que a decisão do uso da verba do Fundo de Cultura, deve ser muito planejada, pois o Conselho poderia se tornar mal quisto diante à categoria. Luciano diz que sua opinião será a do Conselho, sendo coerente com a legitimidade desse órgão. Mônica traz um relato que esteve no Festival de Dança de Joinville e que lá muitos artistas, músicos e dançarinos, estão perdendo o seu emprego e frisa que a classe artística, como um todo está sofrendo com a crise, e não apenas em Sorocaba, devendo todos refletir nessa questão. Jéssica diz estar bem a par da situação de crise da Secult e outras pastas, e coloca que sua opinião é não utilizarmos o fundo nesse momento, pois ele deve ser fortalecido e regulamentado em acordo com os conselheiros, e também que deve ser comunicado aos artistas, que devem se mobilizar propondo o cumprimento do que está previsto no edital da Linc. Mya diz que isso deveria ter sido comunicado antes, a fim de que os artistas deveriam ter tido tempo para se mobilizar, e que se o Fundo não está regulamentado e que se há uma emergência, essa verba deve ser utilizada com a Linc. Jaqueline frisa que o Fundo de Cultura vem sendo trabalhado há três anos, mas que isso faz parte de um processo. Pêu diz que essa decisão cabe ao conselho, que tem representantes da classe artística também, e explica sobre o processo pelo qual o CMPC tem passado: elaboração do Plano Municipal de Cultura e que nesse momento estávamos trabalhando na regulamentação do Fundo Municipal de Cultura. Natalin também declara que muitos artistas não participam das reuniões do CMPC por falta do tempo. Jéssica acredita que, por não haver regulamentação do Fundo, ele não deve ser utilizado e, se caso fosse liberado para a Linc, isso abriria um precedente para qualquer outro tipo de gasto. Geraldo esclarece que na FUNDEC profissionais estão sendo demitidos e que não devemos tomar uma decisão pensando apenas na necessidade momentânea. Rodrigo teme que se o Conselho decidir por não custear a Linc com verba do Fundo, a Prefeitura poderá sofrer processos e/ou não

terá outra escolha a não ser financiar com dotação própria, conforme previsto em lei, por isso sugere que seja verificada a legalidade do ato. Thiago diz que devemos entender, expor e refletir a questão, pensando nesse momento e no futuro. Jaqueline diz que devemos pensar no momento e no futuro, e que a única garantia que podemos ter com relação à execução dos programas da Secult é a participação social e reitera que fica muito feliz em perceber que os artistas não estão agindo somente em causa própria, mas em outros programas e projetos da Secult, inclusive no Plano Municipal de Cultura e em questões propostas a longo prazo. Luciano, menciona que todo o país está em crise e, não sendo diferente em Sorocaba, que a SECULT agiu sempre de modo íntegro, aproximando-se cada vez mais da classe artística. Maurício diz que nesse momento abrir mão da verba do Fundo seria entrar num jogo, parecendo ser uma "manobra política", onde força o uso do Fundo a qualquer custo. Mya e Magda frisam que é importante a mobilização da classe artística na oposição contra a decisão do executivo. Mya pede desculpas por não compreender a formação do fundo como um todo e, questiona aos conselheiros sua origem. Carlos Doles esclarece de onde vem a verba do Fundo, que veio do FACED (fundo que havia entre a SECULT e a SEDU), e que vem de 10% de toda a bilheteria do Teatro Municipal. Jaqueline diz que a verba do fundo é uma conquista processual da Secult e da classe artística. Carlos Doles e Thiago frisam a importância de não ceder a verba do fundo para a Linc. Ari coloca que, a classe artística não deve ceder, pois estariam concordando com o que suspeitam ser uma "manobra política". Carlos diz que devemos continuar trabalhando na regulamentação do Fundo, e sugere que deve ser pulicado uma nota de esclarecimento sobre o corte do recurso da Linc e, que deveria ser elaborada uma carta de repúdio pelo CMPC. Thiago sugere que, a lei da Linc seja reformulada, tornando sua fonte de pagamento tanto 1 (recursos próprios) quanto 3 (recursos próprios de fundos especiais de despesa - vinculado). Mônica Minelli diz que é importante lembrarmos que a decisão com relação à Linc já foi tomada e que não foi conversado com os artistas, CMPC e Secult antes da publicação do Decreto n. 22346/2016, no diário oficial do município. Sendo assim, decidem votar em quem concorda com a utilização ou não utilização da verba do fundo para a Linc. Realizada a votação, os conselheiros titulares concordam por unanimidade em não financiar a Linc com dinheiro do Fundo Municipal de Cultura. Jaqueline diz que após a assinatura dos representantes em ata, a mesma será encaminhada à SEJ para análise e providências. Thiago reforça que, de acordo com posicionamento dos conselheiros, será escrita pelos artistas uma carta de repúdio a essa decisão do executivo. Não havendo nada mais a tratar, eu, André Mascarenhas, lavro a presente ata.